

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 7 de maio de 2020. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora marcada, 14h30, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Marcell dos Animais, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: *Projeto de Lei nº 23.780/2020, de procedência do Poder Executivo, que disciplina o abono de permanência dos militares estaduais e servidores públicos civis do Estado da Bahia; e o Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, de procedência do Poder Executivo, que altera as Leis Complementares nº 19, de 23 de julho de 2003, nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, nº 43, de 25 de outubro de 2017, e dá outras providências.*

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Antes de dar as questões de ordem, eu vou designar logo o relator, que lerá o seu parecer, e logo após... Nós já temos aqui inscritos os deputados Alan Sanches, Fabrício Falcão e Fabíola Mansur.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Paulo Rangel, para o Projeto de Lei nº 23.780/2020, que disciplina o abono de permanência dos militares estaduais e servidores públicos civis do Estado da Bahia.

Com a palavra V. Ex.^a.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Me dê 1 minuto, porque meu celular travou. (Pausa)

Presidente, eu dei uma lida no parecer – infelizmente eu estou aqui com outro celular... o que eu recebi agora pela manhã, e esse relatório seria lido, até, segundo V. Ex.^a, na segunda parte seria o segundo projeto, porque o primeiro, que diz respeito aos procuradores ele estaria, inclusive, nesse momento, sobrestando a pauta...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É... Não. Os dois, não, deputado, eu vou lhe passar, a assessoria de V. Ex.^a nos ... Passe essa cópia aqui do parecer...

O Sr. PAULO RANGEL LULA da SILVA: Eu estou com ele, mas eu posso, eu tenho condição de fazer verbalmente, porque eu li o parecer...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ah, está!

O Sr. PAULO RANGEL LULA da SILVA: O.k.?

(Rita Araújo: Quer mandar para o meu celular?)

O Sr. PAULO RANGEL LULA da SILVA: Eu não posso lhe mandar agora... pode agora...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Lembra da emenda do Capitão Alden.

O Sr. PAULO RANGEL LULA da SILVA: Lembro, lembro da emenda.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, com a palavra V. Ex.^a.

O Sr. PAULO RANGEL LULA da SILVA: Bem, Sr. Presidente, eu estive lendo tanto o projeto do Sr. Governador, como também o parecer que me foi enviado. Então, eu já vou entrar, neste momento, em virtude de ter havido um problema técnico no celular, onde estava escrito o relatório, eu já vou entrar realmente no parecer do projeto.

O projeto, ele propõe, neste momento, a manutenção do abono de permanência dos policiais civis e militares na proporção de 10%. No entanto, ele congela esse recebimento para aqueles que estão recebendo no momento.

Então, eu acho que o projeto, realmente, ele é justo. E temos aqui uma emenda do capitão Alden, onde ele coloca a seguinte proposição em relação aos militares. A emenda dispõe sobre o Inciso IV do art. 77, o início 1 do art. 78 da Constituição Estadual que vedam emendas que constitui aumento de despesas.

O Capitão Alden propõe que esse abono seja estendido para aqueles militares que venham também adquirir a idade de aposentadoria. Eu quero, inclusive, adentrar um pouco no mérito. Quero lembrar, primeiro, que eu sempre achei, que esse projeto que estava em vigor, contraditório. Até porque nas empresas que esses profissionais recebem o adicional de periculosidade, eles têm o seu tempo de trabalho adiado.

Esses profissionais quando chegam ao final da sua carreira, se quiserem continuar trabalhando perdem, inclusive, esse adicional. Eu acredito, inclusive, que o ideal seria a renovação da tropa, e não o incentivo dessa forma. Aí eu adentrei ao mérito.

Mas falando, realmente, sobre as disposições regimentais, eu acho que o projeto está dentro da técnica legislativa, o projeto é legal, constitucional, por isso eu optei por acatar esse projeto do governador na sua íntegra.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a então rejeita a emenda?

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Rejeito a emenda.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu tenho aqui uma solicitação, o primeiro pedido, aliás a primeira questão de ordem é a do deputado Alan Sanches. Abrirei o microfone de V. Ex.^a. Já está aberto, meu amigo!

O Sr. Alan Sanches: Boa tarde, colegas deputados e deputadas, meu presidente, antes de fazer a questão de ordem em relação ao projeto, eu gostaria de pedir a V. Ex.^a que encaminhasse o projeto que apresentei há mais de 30 dias, que visa a redução das mensalidades escolares e das faculdades, para que a gente dê uma definição. Vários estados apresentaram um projeto de igual teor, já foi aprovado no Pará, no Distrito Federal e também em outro estado, que eu não estou me recordando, e nós também precisamos de uma definição. No Ceará foi aprovado na CCJ, no Rio de Janeiro já foi aprovado na CCJ, então é um projeto de igual teor. Graças a Deus, quando nós trouxemos esse tema para a discussão, o Ministério Público também já está atuando, e diversas escolas, diversas instituições já estão renegociando e dando essa redução ou colocando o pagamento posterior, alguma coisa assim. Mas as faculdades, as faculdades persistem...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado! Deputado! Deputado Alan, posso interrompê-lo?

O Sr. Alan Sanches: Oi. Pode.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan, os projetos já foram votados em plenário ou só na CCJ?

O Sr. Alan Sanches: Em três estados, já foram aprovados no plenário; e em mais três, já foram aprovados na CCJ. Eu posso passar para V. Ex.^a agora três: no Pará...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado...

O Sr. Alan Sanches: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Depois V. Ex.^a me envia uma mensagem, que aí eu vou sentar com os deputados...

(Interferência na conexão.)

O Sr. Alan Sanches: Tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) tentar evoluir. Esse projeto de V. Ex.^a é um projeto...

(interferência na conexão.)

...importante, tem alguns questionamentos, mas eu acho que é algo...

(Interferência na conexão.)

Eu lhe prometo que vou fazer o possível para a gente tentar chegar a um acordo.

O Sr. Alan Sanches: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Desculpe-me por interrompê-lo.

O Sr. Alan Sanches: Tranquilo. V. Ex.^a tem essa prerrogativa sempre que necessitar.

E com relação ao projeto sobre o qual foi dado agora o parecer do deputado Paulo Rangel, eu, como membro da CCJ, já tinha, inclusive, acordado com os colegas deputados da Oposição que eu pediria vista. Não há problema em solicitar conjuntamente, o deputado Diego Coronel, o grupo também já fez essa solicitação posterior à nossa, e também o deputado Prisco fez essa solicitação posterior à nossa. Mas eu não tenho problema em fazer esse pedido de vista coletivo para que todos os três possam, utilizando o mesmo tempo que V. Ex.^a daria a mim, fazer essa avaliação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Próximo: deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Paulo Rangel: Presidente, V. Ex.^a tem que...

(Interferência na conexão.)

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: pedido de vista... eu retiro minha questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel: (...) V. Ex.^a tem que dar vista.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já dei.

Orador não identificado: Já deu.

O Sr. Paulo Rangel: Se já deu o pedido de vista, encerrou-se esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É que tem as questões de ordem, eu tenho que saber, porque pode ser outra vista também.

Deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Colegas deputados, eu queria, na minha questão de ordem, falar sobre a vista de Alan, porque nós sabemos que os estados, os municípios e até o país vão sair dessa pandemia, todo mundo, quebrado. Mas também há um incentivo desses, principalmente, professores, policiais, porque policial se aposenta também muito cedo, e professores são mais de 30 mil no estado. O governo vai ter dificuldade se todos tiverem o tempo de se aposentar, e não tiverem o incentivo desse abono de, pelo menos, 60% para permanecerem mais um tempo. Porque, se os professores se aposentarem todos de uma vez, vão ficar os alunos todos sem aulas depois.

Vamos chegar ao meio termo aí. Eu sei que depois o estado com os municípios vão ficar numa situação difícil, mas vamos ver aí como é que pode se resolver, para a gente também não tirar dos que vão se aposentar a partir, talvez até, do mês de junho, de julho ou de agosto, estes já perderiam o direito ao abono, está entendendo? Ou mesmo quem completasse o período de aposentadoria até 31 de dezembro poderia

solicitar 60%, ou 80%, ou 50%... Veja se a gente acha um meio termo aí, quem pediu vista, para uma reunião com os dois líderes...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a está pedindo vista também, deputado Marquinho?

O Sr. Marquinho Viana: É, coloca junto, mas pedi só para incluir, porque eu sou a favor de a gente achar um meio termo e...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas já tem parecer dado...

O Sr. Marquinho Viana: Eu sei, eu sei disso, viu?

O outro tema que eu queria abordar é que na última sessão eu falei sobre os terrenos lá dos centros industriais, e a Casa Civil, e também o vice-governador, e o secretário me informaram que o Gabinete do governador, junto com a secretaria, já está encaminhando para ver se regulamentam isso através de um decreto, porque aí vamos regulamentar e resolver o problema do centro industrial, das empresas. É mais do que justo, porque agora os bancos estão facilitando alguns empréstimos para as empresas, com juros que vão de 2,5% até 5% ao ano.

Então eu queria... Espero que na próxima sessão haja um acordo dos líderes para gente, talvez, apresentar essa emenda de relator e poder alterar, para não acabar de vez. E aqueles que não tiverem ainda o abono de permanência poderão solicitar talvez até 50% ou 60%.

Obrigado pela tolerância, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

Olha, eu queria dizer que já tem um pedido do deputado Alan Sanches, de vista, então, em tese, a vista já foi dada para o deputado Alan. Eu pediria que as questões de ordem que ainda estão aqui inscritas fossem de deputados que queiram também pedir vista, porque vocês sabem que, assim que passamos a vista para o deputado, a sessão é automaticamente encerrada. Então eu queria que só se inscrevesse quem fosse pedir vista.

Alguém mais vai pedir vista aí, por favor?

(Pausa)

Aqui tem inscritos Júnior Muniz, Hilton, Prisco e Sandro Régis.

(Pausa)

Cadê?... O próximo é o deputado Júnior Muniz.

Deputado Júnior Muniz, seu microfone está aberto.

Primeiro, parabenizar V. Ex.^a pela chegada dos gêmeos.

O Sr. Júnior Muniz: Presidente, eu ainda estou aqui no hospital com a minha esposa e os meus filhos. O meu pedido de questão de ordem, na verdade, presidente, foi para agradecer aos nossos queridos deputados e amigos pelas felicitações, e agradecer, e dizer que este é um momento feliz da minha vida, da vida da minha família, dos meus familiares. O intuito da minha questão de ordem era só agradecer aos colegas, aos amigos, ao povo baiano que nos felicitaram no dia de hoje pelo nascimento dos meus filhos gêmeos, Antonello e Lorenzo. É um dia importante na

minha vida e eu não poderia deixar de pedir essa questão de ordem para ressaltar este dia.

Então, agradeço também as suas palavras de felicitações e agradeço a todos os colegas e amigos deputados.

Era essa a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Júnior, V. Ex.^a tem de todos nós um carinho muito grande. Eu, que tenho a satisfação de conhecê-lo há muitos anos, fiquei muito feliz. Acho que Deus lhe dá um grande abraço, lhe dá um grande conforto. Todos nós sabemos o que V. Ex.^a passou. Sei que não é fácil. Tem que ter muita fé, tem que ter muita força de vontade, tem que ser um homem com muitos predicados para superar a tragédia a que V. Ex.^a sobreviveu, porque não é brincadeira. V. Ex.^a é um sobrevivente! E nós estamos, assim, felicíssimos. Ontem, tive a oportunidade de falar com V. Ex.^a. A sorte é que as crianças puxaram à mãe, não é, deputado? Vemos logo que é a cara da mãe...

O Sr. Júnior Muniz: (Risos) Tirei a máscara para mostrar que puxaram ao pai...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) tiveram essa sorte, não é? Graças ao bom Deus! Mas estamos muito felizes, muito felizes mesmo. Eu, especificamente...

O Sr. Júnior Muniz: Obrigado, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito, muito, muito!

O Sr. Júnior Muniz: Obrigado pelas palavras. Quero agradecer a todos e dizer que Deus me honrou. Deus tem me abençoado, me dando em dobro...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estamos com dificuldades com o deputado Júnior. Assim que ele voltar, nós...

O Sr. Júnior Muniz: Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Voltou agora, deputado, estava travado. Continue.

O Sr. Júnior Muniz: Só quero dizer que agradeço por tudo que passou. Deus honrou a minha vida, tem me honrado, me dando dois filhos gêmeos. Mesmo nesse momento de crise na saúde, mas Deus sabe de todas as coisas, Deus sabe o que fez.

Quero agradecer as palavras de V. Ex.^a, dos deputados, dos amigos e dizer que Deus é fiel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Amém!

Deputado Hilton Coelho, o microfone de V. Ex.^a já está aberto.

O Sr. Hilton Coelho: O.k. Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, antes de tudo, queremos lamentar profundamente e demonstrar toda a nossa indignação com a aprovação do PLP nº 39, que foi feita, ontem, no Congresso Nacional. Ao nosso ver, foi uma aprovação golpista, porque a ideia de funcionamento dos Parlamentos deve estar relacionada, fundamentalmente, ao enfrentamento do problema da pandemia e foi aprovada não apenas a questão do PLP nº 39/2020, como também a PEC nº 10.

O PLP nº 39 define a suspensão de reajuste, de criação de cargos para o serviço público, a suspensão de qualquer alteração de carreira, suspensão de concurso público e suspensão de qualquer possibilidade de revisão de auxílios, por exemplo, de auxílio indenizatório, até o final de 2021.

Então, é uma espécie de complementação macabra da PEC nº 45, a chamada “PEC da morte”, com o aprofundamento do processo de engessamento dos investimentos do Estado. E a PEC nº 10 aprovou a securitização, que é algo que dá um debate muito importante para o conjunto dos cidadãos brasileiros, não apenas do ponto de vista nacional, mas dos estados e municípios. Porque esse processo de securitização, se confirmadas as posições de organizações como a Auditoria Cidadã da Dívida – e são confirmadas, são muito bem fundamentadas –, significa um sequestro brutal dos recursos, dos orçamentos públicos da União, dos estados e dos municípios.

Nós, que já estamos praticamente entregues ao sistema da dívida, um sistema corrupto baseado em fraudes que sequestram grande parte do orçamento da União e dos repasses para os estados e municípios, agora vamos, portanto, ver um aprofundamento disso em nível nacional. Mas também um enraizamento para os estados e municípios dessa situação que, ao nosso ver, vai ganhar contornos dramáticos para a garantia de direitos básicos da nossa população. Nós não poderíamos deixar de fazer esse registro.

Queríamos também fazer o pedido de vista do projeto, Sr. Presidente, porque, para nós, não existe sentido, vai haver uma desestruturação total do conjunto do serviço público. Eu daria o exemplo que foi levantado pela associação... Na verdade, por um conjunto, um coletivo que aglomera as associações de procuradores, defensores, auditores, gestores governamentais e magistrados, que evidencia o quanto esse projeto pode criar um total esvaziamento, hoje, do corpo técnico das diversas secretarias. Isso porque já não vai mais ser interessante para um conjunto de servidores que têm carreira quando existir uma queda do percentual do retorno da Previdência para aqueles que já ganharam o direito à aposentadoria. Quando ocorrer essa queda para 60%, ou até um percentual um pouco maior, mas com uma diminuição disso, existe uma tendência de haver pedidos de aposentadoria de maneira generalizada, o que vai fragilizar muito... Nós podemos pensar em organizações, diversas empresas estatais...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: (...) diversos órgãos que vão ficar penalizados – só para concluir, Sr. Presidente –, já se falou, aqui, da questão da educação e, por fim, vai se criar também um problema previdenciário.

Quero só complementar, para finalizar, Sr. Presidente, porque, a meu ver, esse projeto não pode ser objeto de votação nesta Casa. Ele não tem o perfil de um projeto que deve ir à votação no contexto da pandemia. Devemos centralizar em coisas que tenham uma decorrência direta ao enfrentamento da pandemia. Assim como o Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, que altera o fundo de modernização da

Procuradoria, que pode também levar a um profundo enfraquecimento, não só da nossa Procuradoria como de outros órgãos que a ela se relacionam.

Então, queríamos pedir, solicitar, encarecidamente, a sensibilidade do conjunto de deputados e deputadas, não apenas a retirada desse projeto da votação como também do Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, que pode levar a essa fragilização, a esse agravamento profundo da situação da nossa Procuradoria e de outros órgãos que se relacionam com a questão do fundo, que é tão importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Boa tarde a todos, que Deus nos abençoe!

Quero parabenizar o nosso amigo por essa dádiva de Deus em conceder o casal de gêmeos para ele. Deus abençoe você aí, nosso amigo Muniz, e o nosso presidente, também.

Presidente, antes do meu pedido de vista...

(Interferência na conexão.)

... eu vi a entrevista do governador do estado no dia de ontem, ou foi antes de ontem, falando da política de ódio que o governo federal tem pregado no Brasil.

Essa política de ódio tem feito o governador da Bahia. Além da política de ódio, há um desrespeito total aos poderes constituídos, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público em não cumprimento de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o próprio Ministério Público de uma decisão judicial, e, ainda pior, em tentar enganar o Poder Judiciário ao utilizar da má-fé processual, que não entendeu a decisão judicial, a qual está muito bem clara e reiterada pelo Poder Judiciário.

Então, é muito triste ver a Bahia passando por momentos como estes. Vejam, logo ele e seus aliados diziam que a Bahia estaria livre de momentos como estes e, no entanto, a Bahia está passando por momentos desses. Triste ver o governador agindo dessa forma, triste pelos poderes, que eu respeito muito o Poder Judiciário e, principalmente, o novo Ministério Público, o qual respeito mais ainda!

Eles deveriam se impor e mostrar a independência dos poderes neste momento ao fazer o governo cumprir uma decisão judicial, e não fazer a Bahia passar por um momento tão triste como este, pois eles próprios já reclamaram que, no passado, outrora, viveram. Agora, estão fazendo muito pior.

Então, deixo, aqui, o meu desagrado, o meu repúdio.

Afirmo que continuará a nossa luta pelo cumprimento das leis e pelo respeito aos poderes.

Eu quero pedir vista, também, como já colocaram o próprio deputado Alan Sanches e demais membros, sobre o projeto do abono, pois, para mim, é uma perda terrível, já que o governo federal manteve esses direitos aos servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Com a palavra o deputado Sandro Régis. (Pausa) Um segundo, deputado. O microfone já está aberto, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, primeiramente, quero, aqui, saudar todos os colegas que fazem parte de mais uma sessão remota. E, na verdade, era a minha preocupação quando o relator lesse o projeto, o deputado Alan, que foi o primeiro a pedir questão de ordem, solicitasse antes de o projeto ir à votação. Inclusive, eu já tinha posto, aí, no grupo que a minha questão de ordem já tinha sido retirada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ah, tá, me perdoe, deputado Sandro.

Pela ordem o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu, inicialmente, quero, também, me somar aos demais por parabenizar o colega Júnior Muniz pelo presente recebido no dia de ontem.

Sr. Presidente, eu queria, em relação à matéria que foi objeto de pedido de vista pelo deputado Alan Sanches, me somar aos demais nesse pedido, e tentar, se esse for o objetivo do deputado Alan, apresentar um outro parecer, o pedido de vista dele para apresentar um outro parecer, um parecer alternativo ao apresentado originalmente pelo relator...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O computador de V. Ex.^a travou.

(Interferência na conexão.)

O Sr. Vitor Bonfim: (...) para que a gente possa sugerir ao deputado Alan Sanches...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a, o seu computador está travado.

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Vitor, o seu computador está travado.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, eu ouço bem... Me ouve?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora, estou escutando. Não estava ouvindo, não.

O Sr. Vitor Bonfim: Me ouve agora?

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, não está...

(Interferência na conexão.)

O Sr. Vitor Bonfim: Estava dizendo, Sr. Presidente, que como houve...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O que está acontecendo aqui com o deputado Vitor Bonfim?

(O Sr. Ernâni Romeo: É um problema com a internet.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O que é que é isso?

(O Sr. Ernâni Romeo: É um problema com a internet. Se ele parar o vídeo, pode continuar falando. Agora, com o áudio e o vídeo, não estamos conseguindo.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Vitor, pare o áudio...

O Sr. Vitor Bonfim: Me ouve, deputado Nelson?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pare o vídeo, e fique só no áudio, porque não está bom aqui. Ninguém está te escutando direito. Você tem que parar o vídeo e ficar só no áudio...

O Sr. Vitor Bonfim: Parar o vídeo...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): E ficar só no áudio.

(Pausa)

(O Sr. Ernâni Romeo: Ele fechou o áudio também.)

V. Ex.^a, deputado Vitor, fechou o áudio. Abra só o áudio.

(Pausa)

Pronto. Agora, está ótimo.

O Sr. Vitor Bonfim: Bom, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como estava dizendo anteriormente, eu quero me somar aos deputados que me antecederam e parabenizar o colega Júnior Muniz por esse presente que ele recebeu no dia de ontem.

E, para colaborar com os demais que me antecederam, tentarei otimizar o funcionamento. Quanto ao deputado Alan Sanches, com o seu pedido de vista, entendo eu que o objetivo dele deve ser o de apresentar um outro parecer ao já relatado originalmente pelo relator designado, o deputado Paulo Rangel.

Então se ele puder, ao invés de cada parlamentar que pediu vista individualmente, se ele puder construir, aí, a várias mãos, este parecer, eu gostaria de deixar uma sugestão.

Trata-se da possibilidade do abono permanência ser mantido num percentual fixo de 20% ou 40%; e o restante ser variável, a critério da administração pública. Ou seja, ficaria à conveniência da chefia imediata para a concessão de um abono permanência maior, podendo chegar inclusive a 100%, desde que seja interessante para a administração pública manter aquele servidor nos seus quadros.

Era a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., deputado Vitor.

Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas, olhem bem, presidente, primeiro, são duas questões. Como está no âmbito da comissão, eu entendi que esse projeto foi pedido vista, no âmbito da comissão...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Da comissão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, é possível avaliar o outro projeto. Essa é a minha dúvida. Eu gostaria que V. Ex.^a tirasse esta dúvida ao invés de encerrar, porque foi no âmbito da comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, deputado. O projeto está sobrestando a pauta. Assim que dermos a vista para ele, a gente precisa concluir a votação do projeto. Depois, a gente retorna para votar o segundo, que é o PLC.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Está bom! Olha bem, presidente, eu entendo as associações, sindicatos e tal. Só que há uma divergência dos setores organizados dos movimentos sindicais. A defesa do movimento sindical é de oportunidade de novos empregos, para renovar as pessoas. Se o poder público tem interesse em alguém, ele vê uma forma de contratar. Aí, é uma outra forma de ele contratar.

Mas eu não posso aceitar que *a priori*, alguém que se aposenta permaneça no trabalho. Ele só pode permanecer no trabalho se houver interesse do empregador. Então, se o empregador tem interesse... Por que é que eu sempre defendi que quem se aposenta vá embora? Foi assim que aconteceu comigo na Petrobras, me aposentei, no outro dia, fui embora, por quê? Porque tem que dar oportunidade para contratar novas pessoas, senão nós vamos ficar, isso é um discurso equivocado.

Então, eu sou contrário a essa questão de abono de permanência. E, lógico, quem tem direito tem que manter, quem já tem. Agora, tem que acabar com isso. O governador tem razão quando apresentou esse projeto. Entendo aí os deputados que estão sendo pressionados pelas associações, eu também fui, conversei com todos eles, mas coloquei: amigo, você quer o quê? Você quer dobrar o salário de quem já tem o emprego? Nós temos que dar oportunidade a quem não tem. Essa é a minha divergência e entendo estar corretíssimo o projeto relatado pelo deputado Paulo Rangel.

Queria pedir a compreensão dos meus companheiros, meus colegas deputados e deputados, para a gente refletir bem sobre essa questão porque, na realidade, o abono de permanência ele é um impeditivo para contratação de novas pessoas. Diferentemente do que, às vezes, a gente prega. Eu quero gerar emprego, mas como a pessoa que está empregada... Imagina o cara já está empregado... Normalmente, quem fica são as pessoas de maior salário, maior poder aquisitivo. Aí essas pessoas vão ficando e não dão oportunidade a outros. Então, nesse sentido...

Mas é legítimo pedir vista. Acho que devemos refletir, aproveitar essas 48 horas para a gente debater. Eu quero que todas as pessoas que tenham interesse, me coloquem no grupo para a gente fazer esse debate e encontrar um caminho para evitar a alteração no relatório do deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Beleza, deputado Rosemberg Pinto.

Próximo inscrito deputado Diego Coronel.

O Sr. Diego Coronel: Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, nobres colegas.

Está me escutando bem aí?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Perfeitamente bem.

O Sr. Diego Coronel: Ah! queria também iniciar aqui parabenizando o nosso colega Júnior Muniz por, ontem, ser abençoado com duas crianças lindas aí, juntamente com a sua esposa Isabela. Realmente, é um momento inesquecível para

ele e para a sua esposa e a gente só tem que felicitá-lo por esse momento que ele está vivendo.

Sr. Presidente, eu tinha mandado uma mensagem agora há pouco já retirando a minha questão de ordem porque já tinha sido contemplado pelos outros colegas que me antecederam. Mas, já que estou aqui com a palavra, queria também me associar ao pedido de vista para entender melhor o caso.

E no caso de 48 horas, então, nós teremos uma nova sessão no sábado ou vai ser na segunda-feira? Só essa pergunta.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): No sábado.

O Sr. Diego Coronel: No sábado, então. Então, no sábado, às 15 horas, 48 horas depois desse horário, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Na hora em que terminar aqui, a gente marca as 48 horas e faremos a sessão.

O Sr. Diego Coronel: Tudo bem então. Contemplado, meu amigo. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a vai querer também vista.

O Sr. Diego Coronel: Sim, me associo ao pedido de vista para entender melhor.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, vista também para o deputado Diego Coronel.

A última oradora inscrita é a deputada Olívia Santana.

(O Sr. Ernâni Romeo: Olívia não está na sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Olívia não está.

A Sr.^a Olívia Santana: Estou!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg. Deixa ver ali o que o deputado Rosemberg...

A Sr.^a Olívia Santana: Eu estou sem som. Eu estou aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está com som, sim, deputada.

O Sr. Diego Coronel: Desliga meu som, aí, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Desliga o som do deputado Diego Coronel.

A Sr.^a Olívia Santana: O.k.? Está me ouvindo, deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pode falar, deputada.

A Sr.^a Olívia Santana: Então, eu vou falar.

Presidente, eu queria falar, rapidamente, sobre esse projeto do abono. De fato, tem tido muita polêmica em relação ao projeto. Estou compreendendo, aqui, a fala do Líder, mas acho que seria importante a gente tentar buscar alguma pactuação, algum acordo. Não é só o IAF, com a nota que lançou, mas o Sindsefaz também lançou uma nota sobre essa situação do abono e o impacto que pode ter essa suspensão dele na área dos fazendários. Outros segmentos sindicais também se levantam. Então, acho que seria importante que, depois desta sessão, a gente pudesse dialogar. Eu não faço parte da comissão, da CCJ, mas tenho interesse também em relação ao destino do

projeto. E, portanto, se houver possibilidade de melhorar a formulação, de adotar alguma emenda, eu acho que a gente deve fazer um esforço para tal que possa articular as preocupações que são coletivas e tentar melhorar.

O segundo ponto é que eu queria fazer um apelo à Mesa Diretora, que avalia as nossas indicações. Indicação não é projeto de lei, não obriga o Executivo a executar aquilo que a Assembleia está demandando. Indicação sugere, indicação aponta a necessidade de. Vai caber ao governador dizer se ele vai fazer ou não. Então, eu digo isso porque acho ruim que a Mesa mate, digamos assim, – desculpe o termo – indicações que são importantes e que são uma transmissão, na verdade, de demandas de segmentos organizados da sociedade. Como, por exemplo, segmentos da cultura que fizeram uma série de solicitações aos parlamentares mais relacionados a esse campo da cultura e algumas indicações foram rejeitadas. Então, eu faço um apelo que seja avaliada a necessidade de fazer as indicações de todo mundo chegarem. Aí o governador decide se ele vai fazer, ou se ele não vai fazer. Agora, a gente não conseguir nem sequer chegar, fazer chegar aquela demanda à mesa do governador, não me parece a melhor atitude, considerando que o Parlamento é um espaço de mediação.

Por fim, eu chamo mais a atenção a uma indicação feita...

(Interferência na conexão)

São 1.800 pessoas regularizadas que precisam da isenção do IPVA, de alguma ação do governo, da Fazenda, em relação a essas pessoas, porque elas adquiriram seus carros para o transporte escolar e o transporte escolar não está mais, obviamente, em função da pandemia, da quarentena...

(Interferência na conexão.)

...e também não está recebendo nenhum benefício do poder público.

E essas pessoas precisam, porque as contas estão chegando, a cobrança de impostos, e elas não têm como pagar.

Então, é importante que essa indicação... eu faço esse apelo à Mesa: que garanta que essa indicação chegue ao governador.

Todos os estados do Nordeste, além de São Paulo, de Minas, do Rio de Janeiro, já fizeram as isenções, só a Bahia não fez.

Então, é uma realidade.

Não se pode comparar a situação das pessoas que fazem transporte escolar com o pessoal de Uber, com outras categorias. É algo muito específico e que está diretamente conectado com a condição das escolas. Se tem aula, tem trabalho; se não tem aula, não tem trabalho.

Então, eu faço esse apelo à Mesa e, mais uma vez, aos colegas: nos ajudem a fazer chegar essa indicação ao governador e à Fazenda.

É isso, Sr. Presidente, obrigada.

E o governador está certo, sim, em fazer a crítica ao governo federal, porque esse presidente é o cavaleiro da morte, está atuando mais em parceria com o vírus do que preocupado em salvar a vida das pessoas.

Desejo muita saúde ao governador Rui Costa e a todos os governadores do Brasil que estão trabalhando contra essa pandemia, apesar de toda a ação nefasta...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem os deputados Paulo Rangel, Capitão Alden e Rosemberg.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sem nenhuma crítica ao deputado Nelson, deputado presidente. Sei que V. Ex.^a é muito democrático, flexível, mas sou um deputado veterano nesta Casa – não sou velho ainda. V. Ex.^a, inclusive, tem mais de um mandato –, e eu nunca vi na história da Assembleia, depois de um pedido de vista, esse tipo de discussão ocorrer, até porque não é justo. Alguns se prendem ao Regimento, e me parece que todas as colocações aí foram válidas, mas de repente o chute é livre.

Eu acho que V. Ex.^a deveria proceder como vinha procedendo anteriormente, até porque os trabalhos ocorrem, eu diria, de uma forma mais célere e mais produtiva.

Nada contra, uma vez que o parecer seja aprovado ou reprovado, a que se abra uma... reprovado, não. No caso de aprovado, nada contra a que se abra a discussão no plenário. Agora, nós não podemos abrir para esse tipo de discussão.

Acho que, se houver um outro projeto, imediatamente o outro projeto deveria ser colocado em discussão. Se houver pedido de vista, assim como V. Ex.^a tem feito democraticamente, que V. Ex.^a abra para que as pessoas falem aquilo que quiserem, sob pena de alguns deputados, que, inclusive, não sabiam que o procedimento fosse esse, deixarem de colocar as suas ideias.

Então, a minha sugestão é essa.

Agora, que realmente se inaugurou uma prática nova – e nós até podemos fazer uma discussão depois em relação a isso – se inaugurou.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Paulo, nós estamos, aqui, numa sessão remota e eu fui informado de que esse pedido de vista seria coletivo.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Mas alguns deputados não pediram vista.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes de passar a palavra para cada um dos deputados, eu disse: “Olhe, utilize desse instrumento quem for pedir vista do projeto”. Se os deputados assim não o fizeram, não sou eu que fui o culpado, eu orientei antes.

A sessão tinha de ser encerrada, tendo em vista que ela é automaticamente encerrada a partir do momento que o deputado pede vista. Só que outros deputados também quiseram pedir vista.

A partir de agora, para facilitar, a gente dará vista a um deputado apenas e encerra a sessão.

Pela ordem, o deputado Alden e o deputado Rosemberg. Depois a gente vai encerrar.

O Sr. Capitão Alden: Sr. Presidente, obrigado pela concessão da palavra. Ao agradecer, também elogio V. Ex.^a pela condução dos trabalhos.

Sr. Presidente, tenho apenas três pontos aqui, bem rápidos, a destacar. O primeiro deles se refere ao que coloquei aqui na última sessão remota, quando mencionei uma situação envolvendo a Secretaria da Saúde, especificamente o Sr. Secretário Fábio Vilas-Boas. Trata-se da solicitação que eu fiz, documentalmente, através de ofício, ao secretário sobre a possibilidade de os deputados – aqueles que queiram – visitarem a construção dos hospitais de campanha e os hospitais que estão sendo utilizados para o tratamento das pessoas que estão sob a suspeita da Covid.

Pois bem, a todo momento a Secretaria da Saúde tem apresentado óbices, dificuldades, alegando não ser possível a presença de deputados na instalação dessas unidades. Entendo que nós deputados estaduais temos, sim, como reza a lei, a necessidade de fiscalizar o Poder Executivo. Temos de fiscalizar, inclusive, como estão sendo aplicados os recursos que estamos liberando aqui, através das sessões remotas, toda vez que o governador do estado os solicita.

Estamos fazendo isso aqui de forma espontânea, muito rápida. Não queremos dificultar, obviamente, o processo de enfrentamento dessa pandemia. Mas nós temos, para exercer o nosso papel de fiscalização, de visitar e acompanhar como estão sendo feitos esses hospitais.

Então, solicito a V. Ex.^a, se possível for, que mantenha contato com a Secretaria da Saúde, no sentido de que ela permita a visita dos deputados que tiverem interesse em acompanhar a construção e a ampliação desses hospitais. Obviamente, com toda a segurança, utilizando máscara e todos os outros equipamentos necessários. Enfim, que a Sesab não impeça o direito de o deputado fiscalizar e acompanhar esses assuntos. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é para me juntar à deputada Olívia Santana, que colocou aqui a necessidade de a gente dar encaminhamento aos projetos de indicação ao governo do estado. Eu mesmo fiz uma importante indicação, mas ela ainda não foi, até o presente momento, encaminhada ao Executivo. Trata-se justamente da construção de hospitais de campanha nas unidades prisionais. Por conta da ausência de hospitais de campanha para atender, especificamente, presidiários ou presos que estejam cumprindo pena, esses, infelizmente, estão sendo liberados pela Justiça. Já foram quase 1.200 presos liberados do cumprimento das suas penas em razão do risco da Covid.

Isso pode estar impactando diretamente os índices de violência aqui na nossa capital. Já são, em menos de 1 mês, 218 homicídios na capital e região metropolitana.

Não é possível que a Justiça não esteja percebendo que pode haver essa relação direta com a prática de crimes por parte desses indivíduos que deveriam estar cumprindo pena.

Então, eu fiz a indicação ao governo do estado para que fossem instalados, criados hospitais de campanha – se não no interior de presídios, em algum anexo, algum local próximo – que possam atender, especificamente, tanto os agentes da Polícia Penal quanto, principalmente, os presidiários que estejam cumprindo pena.

Então, essas são as minhas considerações, Sr. Presidente. E também gostaria, por gentileza, de colocar o meu nome, na medida do possível, na possibilidade de apresentar emendas ao projeto do abono de permanência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O prazo de emendas já se esgotou, deputado. No mais, V. Ex.^a será atendido.

Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, na realidade, é para corrigir um descuido que tive em não parabenizar o deputado Júnior Muniz, que era para fazer naquele primeiro momento. Júnior, você é um querido. Parabéns! Sei o que você passou no passado e tudo isso é a recuperação. A gente não pode voltar ao passado, mas a gente pode recomeçar sempre. Parabéns, aí, para você e sua família. E cuide dos seus dois gurus. Valeu!

É isso aí, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Valeu, querido deputado Rosemberg.

Agora o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, é mais para esclarecimento. Eu gostaria de ouvir de V. Ex.^a, dentro das normas regimentais, onde está a matéria. Se a matéria está, neste momento, em Plenário ou nas comissões... Essa matéria entrou recentemente, os prazos regimentais estariam ainda transcorrendo...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Esse não, deputado, ele está trancando pauta já. Nós estamos com a pauta trancada por causa dele.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Repare, então, veja o seguinte... Houve acordo ou não houve acordo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não houve acordo. O parecer não foi publicado. Como o parecer não foi publicado, é direito do deputado solicitar a vista.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois não! Mas, para esclarecimento, Sr. Presidente, realmente, o fluxo aí está, digamos assim, muito lento. Eu, honestamente, não tenho recebido as pautas, não tenho recebido a ordem de chegada dos projetos. Não tenho recebido! Eu sei que é obrigação nossa, evidentemente, acompanhar, mas dada essa situação remota, o fluxo está meio confuso. Por exemplo, se ela está em pauta, se houve acordo, não caberia, inclusive, não é?...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não tem acordo, deputado. Não tem acordo. A pauta está trancada...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Não tem acordo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Trancada por esse projeto.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Não tem acordo, é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não tem acordo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Ora, se não tem acordo, Sr. Presidente, se está votando na comissão. Então, os membros da comissão, somente os membros da comissão podem pedir vista. Somente os membros da comissão podem pedir vista e apresentar o substitutivo. Correto?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Correto. Só os membros das comissões de Constituição e Justiça; Educação, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Só os membros da CCJ. O parecer foi conjunto?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Foi conjunto.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Quem designou o relator foi V. Ex.^a?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Fui eu, deputado.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois, não. Então, essas pessoas que solicitaram vista têm que apresentar um substitutivo, ou melhor, um voto em contrário, para poder, o voto em contrário sendo vencedor, a gente tocar o barco para adiante, senão vence e vale o parecer do nosso relator.

Era só isso, presidente. Muito obrigado pela atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o último inscrito, Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Boa tarde, meu presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Boa tarde, meu amigo.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Está ouvindo? A minha questão de ordem não é nem sobre essa pauta, porque já pediram vista do projeto.

Mas eu queria alertar o senhor, que eu mandei um ofício, para falar sobre os produtores de leite da Bacia do Rio Grande, em Barreiras, para que o senhor encaminhasse ao secretário de Agricultura, porque nós estamos tendo muita dificuldade na venda de leite para as indústrias, e que ele traga uma solução, que possa ajudar com infraestrutura, com resfriadores.

Foi isso que eu pedi nesse ofício que encaminhei ao senhor, para o senhor encaminhar para o nosso secretário de Agricultura, para poder ajudar nossos produtores de leite do Oeste e como resultado a toda a Bahia, principalmente os pequenos produtores da agricultura familiar, que estão passando por dificuldade, temos obrigação de ajudar esse pequeno produtor a manter a sua produção, para podermos sair desta pandemia fortes, com esses produtores produzindo e vendendo.

Essa é a nossa preocupação. Eu encaminhei esse ofício para o senhor aí, para o senhor encaminhar para o secretário de Agricultura, para nos ajudar com os pequenos produtores de leite e de outras produções também, principalmente da agricultura familiar.

Quero agradecê-lo por esta oportunidade. Também, quero parabenizar nosso amigo Júnior Muniz pelo nascimento dos seus dois filhos gêmeos. Que Deus dê muita saúde e paz para ele e a toda sua família.

Muito obrigado a todos os deputados e deputadas estaduais.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Senhores, nós estamos registrando a presença aqui também dos deputados: Alan Castro, Capitão Alden, Fátima Nunes, Jacó, Jânio Natal, José de Arimateia, Laerte do Vando, Marcell Moraes, Neusa Lula Cadore, Olívia Santana, Soldado Prisco, Tiago Correa, Tum, Zé Cocá e Zé Raimundo.

“Convoco uma sessão extraordinária na forma do art. 92, inciso I do Regimento Interno, para o dia 9 de maio, sábado, às 15h30min, a ser realizada por meio virtual com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei n.º 23.780/2020 do Poder Executivo, que disciplina o abono de permanência dos militares estaduais e servidores públicos civis do Estado da Bahia; projeto de Lei Complementar n.º 140/2020 do Poder Executivo, que altera as Leis Complementares n.º 19 de 23 de julho de 2003, n.º 34 de 6 fevereiro de 2009, n.º 43 de 25 de outubro de 2017 e dá outras providências”.

Como não tem mais nada constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a sessão, agradecendo às presenças de cada um dos senhores e das senhoras.

Até sábado, às 15h30min.

Muito obrigado.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.